



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **0007665-96.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **MARLON ALVES BARBATO, CPF 312.707.058-65 - Desacompanhado de Advogado**
 Requerido: **CRISTIANE VIEIRA DE MATTOS MARTINS - Desacompanhado de Advogado**

Aos 12 de novembro de 2015, às 15:15h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. Juiz de Direito Dr. Silvio Moura Sales**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seu(s) advogado(s). Presentes também a(s) testemunha(s) dda ré, Sr. Evandro. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar os depoimentos pessoais da partes e da testemunha presente, em termos em separado, e nos termos dos Provimentos de nºs. **866/2004** do Eg. Conselho Superior da Magistratura e **2304/2004** da Eg. Corregedoria Geral da Justiça, **foi(ram) gravado(s) em mídia (CD)** que será arquivado em cartório, em pasta própria, à disposição das partes. Certifico mais e finalmente, que a gravação do(s) depoimento(s) teve a ciência da(s) parte(s) e respectivo(a)(s) advogado(a)(s), o(a)(s) ficou/caram ciente(s) de que na hipótese de necessidade da “degravação” do(s) referido(s) depoimento(s), será incumbência da(s) parte(s). Terminados os depoimentos e não havendo mais provas a serem produzidas, a seguir, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: “*VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. Trata-se de ação que tem origem em acidente de veículos. Pelo que se extrai dos autos, o autor sustentou que trafegava pela rua Sebastião Sampaio Osório e ao ultrapassar um ônibus, que estava parado pegando passageiros, foi surpreendido com a manobra realizada pela ré, a qual estava na frente do ônibus e realizou inadvertidamente conversão à esquerda, interceptando sua trajetória. Em contrapartida, a ré confirmou essa dinâmica, mas ressaltou que acionara a sinalização de seta indicativa de que faria a conversão à esquerda para ingressar na base da Guarda Municipal local. A única testemunha inquirida, Evandro Gimenez Mione, corroborou a explicação da ré. Esclareceu que saía da base da Guarda Municipal e que viu o automóvel da ré parado na via pública com a sinalização de seta acionada para ingressar naquele local. Viu também que nesse momento o autor, ultrapassando um ônibus, bateu contra o carro da ré que permanecia parado à espera de sua saída. O vídeo apresentado aos autos não permite convicção segura de como tudo se passou porque não é possível por seu intermédio visualizar o automóvel da ré. Entretanto, é possível notar sinal luminoso compatível com o da seta invocado pela ré no canto direito de baixo da tela, após o embate. A conjugação desses elementos no mínimo deixa em aberto a definição de quem teria sido o responsável pelo embate. A versão do autor não contou com o respaldo de um indício sequer a prestigiá-la, ao passo que a da ré possui elementos nessa direção. Eventual dúvida quanto a forma de verificação da ocorrência beneficiaria a ré, considerando que o autor não se teria desincumbido satisfatoriamente do ônus de demonstrar os fatos constitutivos de de seu direito, como definido pelo art. 331, I, do Código de Processo Civil. Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a presente ação, mas deixo de condenar a ré em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. REGISTRE-SE”. Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Requerente(s):

Requerido(s):

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À
MARGEM DIREITA